

Concurso Público com Publicidade Internacional

AQUISIÇÃO DE CONTADORES DE ÁGUA FRIA POTÁVEL

PRC 175/2024

PROGRAMA DO CONCURSO

Concurso Público com Publicidade Internacional para a celebração de contrato de Aquisição de Contadores de água fria potável

Artigo 1.º

Objeto do concurso

O concurso tem por objeto a Aquisição de Contadores de água fria potável.

Artigo 2.º

Entidade adjudicante

A Entidade Adjudicante é a ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A., com sede na Rua São Bartolomeu dos Mártires, n.º 156, 4904-878 Viana do Castelo, na união de freguesias de Monserrate, Santa Maria Maior e Meadela, do concelho de Viana do Castelo, pessoa coletiva n.º 515486159, e com os seguintes contactos para efeito do presente concurso:

Telefone: +351 258 806 900

Fax: + 351 258 806 990

Correio eletrónico: geral.adam@adp.pt

Plataforma Eletrónica: <http://www.acingov.pt>.

Website oficial: www.adam.pt

Artigo 3.º

Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada pelo Conselho de Administração da Entidade Adjudicante, no dia 16/01/2025 .

Artigo 4.º

Documentos do procedimento e Plataforma eletrónica

1. O processo do presente procedimento é constituído pelas seguintes peças:

- a) Anúncio publicado no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia;
- b) Programa de Procedimento, que inclui 11 (onze) anexos.;
- c) Caderno de Encargos;

2. As peças do procedimento estão integralmente disponibilizadas na Plataforma Eletrónica de Contratação Pública Acingov acessível através do sítio eletrónico <http://www.acingov.pt>, desde a data da publicação do anúncio do presente concurso público no Diário da República.

3. Os interessados podem descarregar gratuitamente as peças do procedimento a partir da plataforma eletrónica referida no número anterior, devendo para tanto proceder ao registo prévio de acordo com as indicações constantes da mesma.

4. O procedimento é sujeito a anúncio publicado no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

Artigo 5.º

Esclarecimentos e erros e omissões sobre as peças do procedimento

1. No primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, isto é, até às **23h59m59s do dia 31/01/2025**, os interessados podem solicitar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, por escrito, através da plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, e, no mesmo prazo, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e omissões das peças do procedimento detetados.

2. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, isto é, até às **23h59m59s do dia 10/02/2025**:

- a O júri, por escrito, através da plataforma eletrónica, deve prestar os esclarecimentos solicitados;
- b O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

3. O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto na alínea b) do número anterior.

4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido no n.º 2, ou até ao final do prazo de entrega das propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do Código dos Contratos Públicos.

5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados serão disponibilizados na plataforma eletrónica referida no n.º 0 do artigo 2.º e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta,

fazendo parte integrante destas, sendo notificados do facto todos os interessados que as tenham obtido.

6. Quando haja prorrogação do prazo para a entrega das propostas, de acordo com o definido no n.º 4 do artigo 64.º do CCP, a mesma será publicitada no Diário da República e no Jornal Oficial da União Europeia.

Artigo 6.º

Documentos que constituem as propostas

- I. As propostas devem ser constituídas pelos seguintes documentos:
 - a) Documento Europeu Único de Contratação Pública, cujo formulário tipo foi aprovado pelo Regulamento de Execução (UE) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, e que se encontra disponibilizado na área específica do Portal BASE GOV, em <https://espd.eop.bg/espd-web/filter?lang=pt>, devendo ser preenchidas as partes I, II, III e VI, não sendo as demais (partes IV e V) aplicáveis ao presente procedimento, conforme o modelo constante no Anexo I a este Programa;
 - a) Proposta de preço, elaborada em conformidade com o modelo constante do ANEXO II. O preço proposto incluirá todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à A.D.A.M. - ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A.;
 - b) Lista dos preços unitários de todas as espécies de serviços previstos no Caderno de Encargos, em conformidade com o modelo de Lista de Preços Unitários apresentado no ANEXO III deste Programa, devendo os preços unitários ser arredondados a duas casas decimais;
 - c) Relativamente ao lote I, amostras dos bens a fornecer, nos termos da Portaria n.º 72/2018, na morada da Entidade Adjudicante, indicada no artigo 2.º, remetidas até à data e hora limite para entrega de propostas (as amostras enviadas por correio devem ser remetidas com registo, de forma a confirmar a hora e data de remessa);¹
 - d) Documento de onde constem as características técnicas dos bens a fornecer;
 - e) Documento(s) comprovativo(s) do(s) procedimento(s) de avaliação da conformidade

¹ Para a avaliação das propostas, a Entidade Adjudicante poderá submeter a amostra a ensaios de determinação de erros em laboratório acreditado à sua escolha, o que poderá implicar o desmantelamento e inutilização do aparelho. Nos termos do art.3.º da Portaria n.º 72/2018, de 9 de março, as amostras são gratuitas para a entidade adjudicante pelo que não serão devolvidas aos concorrentes.

do fabricante dos contadores propostos a concurso (B+D ou B+F ou H I), emitido pela entidade certificadora;

- f) Exame de tipo dos contadores propostos a concurso (Anexo B – de acordo com a MID);
- g) Documento onde sejam explícitas as dimensões máximas dos contadores propostos a concurso (comprimento, largura e altura);
- h) Declaração de laboratório acreditado comprovante do IP do totalizador do contador.
- i) Declaração em que conste que todos os materiais utilizados no modelo de contador proposto a concurso estão em conformidade para estar em contacto com água para consumo humano. Esta declaração deverá ser emitida por um dos seguintes laboratórios europeus e, caso se aplique com tradução certificada em português:
 - i. Drinking Water Inspectorate (DWI) – Reino Unido;
 - ii. Laboratoire de Hygiene et de Recherche en Santé Publique – França;
 - iii. Eurofins – Expertises Environnementales;
 - iv. Deutsche Verein des Gas- und Wasserfaches e.V. technisch (DVGW) – Alemanha;
 - v. Watercycle Research Institute (KWR ex-KIVA) – Holanda;
 - vi. KTW – Alemanha;
 - vii. Laboratório Central da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres S.A.
- j) Certidões do registo de propriedade da marca. No caso de não ser titular do registo da propriedade da marca dos contadores, o concorrente deverá apresentar documento comprovativo de autorização pelo titular do registo da marca para a representação e/ou comercialização dos modelos propostos.
- k) Documento comprovativo dos poderes de assinatura e de vinculação do concorrente por parte de quem assina a proposta, designadamente certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor;
- l) Documentos que o concorrente apresente por considerá-los indispensáveis para os efeitos do disposto na parte final da alínea b) do n.º I do artigo 57.º do CCP .
- m) Caso a concorrente revista a forma de agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração de promessa de, em caso de adjudicação, os membros

do agrupamento se associarem na modalidade de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho ou agrupamento complementar de empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto (elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo V ao presente Programa);.

- n) Caso a concorrente revista a forma de agrupamento e exista um representante comum do agrupamento, a proposta deve ainda ser constituída por declaração contendo a designação do representante comum, bem como pelos instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento.
- 2. Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.
- 3. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos da proposta estiverem redigidos em outro idioma, deve o concorrente fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 7.º

Apresentação de propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes

Artigo 8.º

Prazo para apresentação das propostas

As propostas devem ser apresentadas na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º até às 18h00m00s do dia 20/02/2025.

Artigo 9.º

Modo de apresentação das propostas

- 1. Os documentos que constituem as propostas devem ser apresentados na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º, devendo ser assinados eletronicamente.
- 2. A assinatura eletrónica referida no número anterior deve ser aposta mediante a utilização de um certificado digital que reúna os seguintes dois pressupostos:
 - a) Seja um certificado de assinatura eletrónica qualificada;
 - b) Contenha as informações que permitem relacionar o assinante com a sua função e poder de representação do concorrente.
- 3. O cumprimento do requisito previsto na alínea b) do número anterior pode ser substituído pelo carregamento na plataforma eletrónica referida no artigo 4.º de um

documento que permita comprovar os poderes de representação de que o assinante dispõe.

4. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a assinatura eletrónica a que se referem os n.ºs 1 e 2 deve ser aposta pelo representante comum, mediante a utilização de um certificado digital que cumpra os requisitos previstos nos n.ºs 2 e 3 deste artigo, caso em que devem ser juntos os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos membros do agrupamento, ou, não existindo representante comum, deve a assinatura ser aposta por todos os membros do agrupamento ou pelos respetivos representantes.

Artigo 10.º

Prazo da obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as respetivas propostas pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da data do termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, que se prorroga sucessivamente por períodos de 90 dias no caso de, no decurso de cada período, os Concorrentes nada declararem em contrário.

Artigo 11.º

Disponibilização e abertura das propostas

A abertura e disponibilização das propostas ocorrer a partir das 10 (**dez**) do dia útil seguinte à data-limite para entrega das propostas, no sítio da plataforma eletrónica referida no artigo 4.º deste Programa do Procedimento.

Artigo 12.º

Critério de adjudicação e critério de desempate

- I. A adjudicação será feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade multifator, tendo em conta o modelo de avaliação previsto no **Anexo IV** ao presente programa, e com base nos seguintes fatores e subfatores variáveis de apreciação e respetivas ponderações:

Fator de apreciação	Subfator de apreciação	Ponderação
Preço	A - Preço Global	40%
Características técnicas	B - Qualidade Técnica da Proposta	60%

2. Caso seja ordenada mais do que uma proposta no mesmo lugar, serão considerados, para efeitos de desempate, os seguintes critérios:
- a) Será ordenada em primeiro lugar a proposta que obtenha a melhor pontuação parcial no fator Qualidade Técnica da Proposta;
 - b) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será ordenada em primeiro lugar a proposta que obtenha a melhor pontuação parcial no fator Preço;
 - c) Se, da aplicação do critério definido na alínea anterior, a situação de empate subsistir, será realizado um sorteio não presencial, nos seguintes termos:
 - i. O sorteio será assegurado através de meios de comunicação à distância adequados, designadamente teleconferência, videochamada ou outro;
 - ii. O júri notificará os concorrentes com uma antecedência mínima de 2 (dois) dias, informando-os da data, da hora e da plataforma informática em que decorrerá o sorteio, bem como dos demais termos e condições necessários, designadamente para efeitos de credenciação;
 - iii. A cada concorrente será atribuído o número correspondente à ordem de entrada da sua proposta e que serviu de base à elaboração da lista dos concorrentes;
 - iv. Numa urna serão introduzidas as bolas com os números dos concorrentes cujas propostas estão empatadas, procedendo-se seguidamente à sua extração;
 - v. Proceder-se-á à extração das bolas, sendo as propostas classificadas de acordo com a ordem resultante da extração, sendo classificado em primeiro lugar o concorrente com o número correspondente ao da bola retirada em primeiro lugar, e assim sucessivamente;
 - vi. A falta de todos ou de alguns dos interessados não constitui fundamento de não realização ou de adiamento do sorteio, nem de exclusão das respetivas propostas.

Artigo 13.º

Adjudicação por lotes

- I. Os concorrentes podem apresentar proposta apenas para algum(uns) lote(s) ou para todos os lotes indicados do caderno de encargos, devendo, contudo, apresentar proposta para todos os artigos previstos em cada lote a que concorram, sob pena de exclusão da proposta.

2. Será adjudicada uma proposta por cada um dos lotes indicados do caderno de encargos.

Artigo 14.º

Preço anormalmente baixo

O preço total resultante das propostas será considerado anormalmente baixo, para efeitos do disposto no artigo 71.º do Código dos Contratos Públicos, se for abaixo de 50% do preço base.

Artigo 15.º

Relatório Preliminar

1. Após a análise das propostas, o júri elabora um relatório preliminar, no qual propõe fundamentadamente a exclusão das propostas:
 - a. Que tenham sido apresentadas depois do termo fixado para a sua apresentação;
 - b. Que sejam apresentadas por concorrentes relativamente aos quais a entidade adjudicante tenha conhecimento que se verifica alguma das situações previstas de impedimento;
 - c. Que não sejam constituídas por todos os documentos ou que os mesmos não se encontrem elaborados nos termos exigidos no presente Programa de Procedimento;
 - d. Que não observem as formalidades do modo de apresentação das propostas fixadas nos termos do disposto no artigo 62.º do CCP;
 - e. Que não apresentem um preço para cada artigo previsto, em cada lote a que concorram;
 - f. Que não sejam redigidas em língua portuguesa ou acompanhadas de tradução devidamente legalizada;
 - g. Que sejam apresentadas como variantes;
 - h. Que sejam constituídas por documentos falsos ou nas quais os concorrentes prestem culposamente falsas declarações;
 - i. Cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º do CCP, com as necessárias adaptações.
2. O relatório preliminar é notificado aos concorrentes, os quais poderão exercer o seu direito de audiência prévia no prazo de **5 (cinco)** dias, de acordo com o previsto no artigo 147.º do CCP.

Artigo 16.º

Relatório Final

- I. Cumprido o disposto no artigo anterior, o júri elabora um relatório final fundamentado, no qual pondera as observações efetuadas pelos concorrentes, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previstos no n.º I do artigo anterior.
2. No caso previsto na parte final do número anterior, o júri procede a nova audiência prévia, nos termos previstos no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 17.º

Adjudicação

- I. A decisão de adjudicação é notificada a todos os concorrentes em simultâneo.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação o adjudicatário é notificado para:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação exigidos no artigo 18.º do presente Programa de Procedimento;
 - b) Pronunciar-se sobre a minuta do contrato;
 - c) Confirmar no prazo para o efeito fixado, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da proposta adjudicada;
 - d) Prestar caução.
3. As notificações referidas nos números anteriores são acompanhadas do relatório final de avaliação das propostas.

Artigo 18.º

Documentos de habilitação

- I. No prazo de **10** (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, o adjudicatário deve apresentar na plataforma referida no artigo 4.º *supra*:
 - a) Declaração elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo II ao Código dos Contratos Públicos (elaborada em conformidade com o modelo constante do Anexo VI ao presente Programa);
 - b) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a contribuições

- para a segurança social em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
- c) Documento comprovativo da situação regularizada relativamente a impostos em Portugal ou, se for o caso, no Estado de que seja nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal;
 - d) Certificado do registo criminal do adjudicatário, bem como dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência e estes se encontrem em efetividade de funções;
2. Caso o adjudicatário revista a forma de um agrupamento, os documentos de habilitação previstos nas alíneas a), b), c), d) e f) do n.º I devem ser apresentados por todos os seus membros;
 3. Os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem pela sua própria natureza ou origem, são obrigatoriamente acompanhados de tradução devidamente legalizada.
 4. No caso de não emissão dos documentos ou certificados referidos nas alíneas b), c) e d) do n.º I ou se estes não se referirem a todos os casos referidos nas alíneas b) e h) do n.º I do artigo 55.º do CCP, podem os mesmos ser substituídos por uma declaração solene, sob compromisso de honra, feita pelo interessado perante a autoridade judicial ou administrativa competente, um notário, ou um organismo profissional qualificado.
 5. Quando os documentos de habilitação exigidos se encontrem disponíveis na Internet, o adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar o endereço do sítio onde aqueles documentos podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
 6. O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por um período não superior a cinco dias, na sequência de solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar antes de expirado o prazo a prorrogar.
 7. No mesmo prazo que o concedido para a apresentação dos documentos de habilitação, o adjudicatário deve apresentar os seguintes documentos:
 - a. Declaração de aceitação de Regulamento para Fornecedores disponível no website da Águas do Alto Minho, S.A., em <http://www.adam.pt>, (elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo VII** ao presente Programa);
 - b. Declaração que identifique a pessoa ou pessoas indicadas para a outorga do contrato, acompanhada de título legitimador caso a mesma não resulte diretamente da certidão permanente, bem como da possibilidade de assinatura

- do contrato através de meios eletrónicos, conforme o modelo constante no **Anexo VIII**;
- c. Declaração que identifique a pessoa, morada, n.º de fax e e-mail para efeitos de comunicações escritas a realizar durante a fase de execução do contrato, conforme o modelo constante no **Anexo IX**.
8. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação:
- a) No prazo fixado no n.º 1, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - b) No prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, no caso previsto no n.º 8 do artigo 81.º do CCP, sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 85.º do CCP;
 - c) Redigidos em língua portuguesa, ou acompanhados de tradução devidamente legalizada no caso de estarem, pela sua natureza ou origem, redigidos numa outra língua.
9. Caso se verifique um facto que determina a caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do Código dos Contratos Públicos, e esse facto não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 19.º

Caducidade da Adjudicação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário:
- a) Não apresentar os documentos de habilitação no prazo de 10 (dez) dias contados da notificação da decisão de adjudicação, ou da sua prorrogação de acordo com o n.º 1 do artigo anterior;
 - b) Não confirmar os compromissos no prazo fixado para o efeito ou até ao termo da respetiva prorrogação.
 - c) Não prestar caução.
2. Após a audiência prévia prevista no número 2 do artigo 86.º, caso se verifique que o facto que determina a caducidade da adjudicação não seja imputável ao adjudicatário, este dispõe de

um prazo adicional para a supressão das irregularidades detetadas, a conceder em função das razões indicadas, de até 5 dias, sob pena de caducidade da adjudicação.

3. Caso ocorra a caducidade, a adjudicação é realizada à proposta ordenada em lugar imediatamente subsequente.

Artigo 20.º

Caução

1. Para garantia da celebração do contrato e do exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais, o adjudicatário deve prestar uma caução no prazo de 10 (dez) dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, correspondente a 5% do preço contratual.
2. Quando a adjudicação de dois ou mais lotes que exijam caução ao abrigo do número anterior tenha sido realizada ao mesmo concorrente, resultando na celebração de um único contrato, pode ser prestada apenas uma caução pelo adjudicatário, calculada em função do valor do somatório dos preços contratuais de cada lote.
3. A caução deve ser prestada:
 - a) Por depósito em dinheiro ou em títulos emitidos ou garantidos pelo Estado Português à ordem de Águas do Alto Minho, S.A. nos termos do modelo constante do anexo X ao presente programa, que dele faz parte integrante;
 - b) Mediante garantia bancária ou seguro-caução, nos termos dos modelos constantes dos anexos XI e XII ao presente programa.
4. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não prestar, em tempo e nos termos estabelecidos nos números anteriores, a caução que lhe seja exigida.

Artigo 21.º

Modalidade jurídica do agrupamento adjudicatário

1. Caso a decisão de adjudicação recaia sobre proposta apresentada por agrupamento concorrente, todos os respetivos membros, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, na modalidade jurídica de consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho ou agrupamento complementar de empresas, previsto no Decreto-Lei n.º 430/73, de 25 de agosto.
2. O agrupamento adjudicatário deve fazer prova da associação referida no número anterior antes da celebração do contrato, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 22.º

Celebração do contrato

1. O contrato será elaborado em suporte informático e assinado por meios eletrónicos, considerando-se outorgado na data de aposição da última assinatura.
2. O prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário ser-lhe-á comunicado com a antecedência mínima de cinco dias úteis.
3. O incumprimento do prazo concedido para a outorga e remessa do contrato pelo adjudicatário é causa de caducidade da adjudicação.
4. No caso referido no número anterior, a adjudicação deve ser efetuada à proposta ordenada em lugar subsequente no relatório final de avaliação das propostas.
5. Correm por conta do adjudicatário as despesas inerentes à celebração do contrato.

Artigo 23.º

Dados pessoais

1. Os dados pessoais, que eventualmente constem das propostas e dos respetivos anexos serão analisados pela entidade adjudicante, exclusivamente no âmbito do presente procedimento, no estrito cumprimento das obrigações legais decorrentes do Código dos Contratos Públicos (CCP), respeitando as normas legais aplicáveis em matéria de proteção de dados.
2. Com a entrega das propostas, os concorrentes assumem a responsabilidade no cumprimento da legislação aplicável à proteção de dados pessoais, designadamente na licitude da obtenção dos dados pessoais e na publicitação dos mesmos na plataforma eletrónica.
3. A entidade adjudicante garante que os dados pessoais serão conservados pelo prazo estritamente necessário, tendo em atenção os critérios legais aplicáveis.
4. A entidade adjudicante garante igualmente que os concorrentes podem, de forma gratuita, solicitar esclarecimentos adicionais para efeitos de exercício dos seus direitos no âmbito da proteção de dados pessoais, bem como podem apresentar reclamação junto da Comissão Nacional de Proteção de Dados.
5. Todas as comunicações respeitantes a esta matéria deverão ser remetidas para o Encarregado de Proteção de Dados através do seguinte endereço eletrónico dpo.adam@ADP.PT ou da morada Rua São Bartolomeu dos Mártires, n.º 156 | 4904-878 Viana do Castelo.

Artigo 24.º

Despesas

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do contrato, constituem encargo dos Concorrentes ou do Adjudicatário, conforme o caso.

Artigo 25.º

Legislação Aplicável

Em tudo o que se encontrar omissa no presente Programa de Procedimento observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos e demais legislação complementar aplicável

Artigo 26.º

Consulta Preliminar

Nos termos do artigo 35.º-A do CCP, foram realizadas consultas informais ao mercado, às seguintes entidades:

Entidade	Nif	Proposta
Ittron – Sistemas de Medição, Lda	503646660	SIM
Flow Systems – SMF Unipessoal, Lda	504637037	NÃO
Enermeter – Sistemas de Medição, Unipessoal, Lda	505355760	SIM
Janz – Contagem e Gestão de Fluidos, SA.	505232235	SIM
Neadvance – Machine Vision, SA.	514383909	SIM

ANEXOS

Anexo I Documento Europeu único de Contratação Pública;

Anexo II - Proposta de Preço;

Anexo III - Lista de Preços Unitários;

Anexo IV - Metodologia de Avaliação das Propostas

Anexo V - Modelo de Acordo-Promessa de Constituição;

Anexo VI - Modelo de Declaração do Adjudicatário (Anexo II ao CCP);

Anexo VI - Declaração de Aceitação do Regulamento para Fornecedores da Águas do Alto Minho S.A.;

Anexo VII - Identificação de pessoa para outorga do contrato;

Anexo VIII - Identificação pessoa(s) para efeitos de comunicações escritas.

Anexo IX – Modelo de depósito Caução;

Anexo X - Modelo de Garantia Bancária;

Anexo XI - Modelo de Seguro Caução.

ANEXO I
DOCUMENTO EUROPEU ÚNICO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

(a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 6.º)

- Utilizar o formulário-tipo do Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), aprovado pelo Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016;
- O concorrente deverá completar o preenchimento do DEUCP, com as informações que lhe digam respeito, na área específica do Portal da Comissão Europeia, em <https://ec.europa.eu/growth/tools-databases/espd/filter?lang=pt>
- As PARTES IV e V do DEUCP não são aplicáveis ao presente procedimento.

ANEXO II

Proposta de Preço

_____ (denominação social e sede da empresa concorrente ou de cada uma das empresas do agrupamento concorrente), depois de ter(em) tomado conhecimento do objeto do concurso para adjudicação da aquisição de serviços denominada **“PRC 175/2024 – Aquisição de Contadores de água fria potável, Lote _____**, a que se refere o anúncio datado obriga-se a fornecer os bens que constituem o objeto do contrato, em conformidade com o Programa de Procedimento e o Caderno de Encargos, pelo preço global de _____ EUR (em algarismos e por extenso), conforme lista de preços unitários.

À quantia supra acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.

Igualmente declara que esta proposta, salvo no caso de vir a ser expressamente retirada decorrido o respetivo prazo mínimo de validade, se mantém válida até à celebração do contrato ou até que a Águas do Alto Minho, S.A. notifique que procedeu à adjudicação a outro Concorrente.

Mais declara que se submete, em tudo o que respeitar à celebração, execução e extinção do contrato que vier a celebrar, ao que se acha prescrito na legislação portuguesa e ao foro do tribunal português competente, com expressa renúncia a qualquer outro.

Data _____

Assinatura(s) _____ ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

ANEXO III

LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS

(a que se refere a alínea c) do n.º I do artigo 6.º)

(O Concorrente deverá preencher a lista de preços unitários de acordo com o modelo do ANEXO III do Programa do Procedimento seguinte, em ficheiro informático em formato Excel, o qual deverá ser assinado através de assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto, de acordo com a lista disponível na plataforma de contratação pública Acingov).

ANEXO IV

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS

I. METODOLOGIA GERAL

De acordo com o artigo 12.º do presente Programa, o critério de adjudicação da presente aquisição de bens é o da proposta economicamente mais vantajosa, na modalidade *multifator*, com base nos seguintes fatores e subfatores de apreciação e respetivas ponderações:

Tabela I – Fatores de apreciação das propostas e respetivas ponderações

Fator de apreciação	Subfator de apreciação	Ponderação
Preço	A - Preço Global	40%
Características técnicas	B - Qualidade Técnica da Proposta	60%

A classificação final de cada proposta resultará do somatório das pontuações parciais obtidas em cada fator e subfatores, multiplicadas pelos valores dos respetivos coeficientes de ponderação.

A avaliação parcial dos subfactores do fator qualitativo «B. Qualidade Técnica da Proposta» será efetuada mediante atribuição da pontuação indicada nas respetivas tabelas com os descritores de valorização dos atributos das propostas.

2. AVALIAÇÃO DO FATOR “PREÇO GLOBAL”

A pontuação deste fator é determinada através da aplicação da expressão matemática seguinte, discriminada até às duas casas decimais:

$$PPr = \left(10 - \frac{VP - PAB}{K} \right) \times 4$$

Em que:

$$K = \frac{PB - PAB}{(10 - 1)}$$

PPr = Pontuação da proposta no fator preço

VP = Valor da Proposta

PAB = Preço Anormalmente Baixo

PB = Preço Base

3. AVALIAÇÃO DO FATOR “QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA”

3.1 AVALIAÇÃO DO FATOR “QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA” – LOTE I

Para a avaliação deste fator será analisado de acordo com os documentos apresentados nas propostas dos Concorrentes, bem como das amostras apresentadas, em resposta ao solicitado no artigo 6.º do Programa de Concurso.

Os subfactores serão avaliados, com base na matriz apresentada na Tabela I supra, mediante atribuição da respetiva pontuação.

$$B = (B.1 + B.2 + B.3) / 3$$

B.1 Características gerais

Características gerais	Pontuação
Cumprir a totalidade das características	10
Cumprir pelo menos os pontos I, II, III, V, VI, VII, VIII, IX, XV, XVII	5
Não Cumprir pelo menos os pontos I, II, III, V, VI, VII, VIII, IX, XV, XVII	1

B.2 Características específicas

Características gerais	Pontuação
Cumprir a totalidade das características	10
Cumprir pelo menos os pontos I, II, III, V, VI, VII	8
Cumprir pelo menos os pontos I, II, III, V	5
Não Cumprir pelo menos os pontos I, II, III, V	1

B.3 Procedimento de avaliação da conformidade

A avaliação da conformidade de um instrumento de medição com os requisitos essenciais que lhe são aplicáveis é efetuada mediante aplicação, por opção do fabricante, de um dos procedimentos constantes dos módulos A a HI do anexo III do Decreto – Lei 45/2017 de 27 de abril. O procedimento de avaliação da conformidade será classificado da seguinte forma:

Pontuação do procedimento de avaliação da conformidade.

Conformidade	Pontuação
--------------	-----------

HI ou B+F ou B+D	10
------------------	----

3.2 AVALIAÇÃO DO FATOR “QUALIDADE TÉCNICA DA PROPOSTA” – LOTE II

Para a avaliação deste fator será analisado de acordo com os documentos apresentados nas propostas dos Concorrentes em resposta ao solicitado no artigo 6.º do Programa de Concurso.

Os subfactores serão avaliados, com base na matriz apresentada na Tabela I supra, mediante atribuição da respetiva pontuação.

$$B = (B.1 + B.2 + B.3 + B.4 + B.5) / 5$$

B.1 Características gerais Contadores Volumétricos

Características gerais	Pontuação
Cumprir a totalidade das características	10
Cumprir pelo menos os pontos I, II, III, V, VI, VII, VIII, IX, XV, XVI	5
Não Cumprir pelo menos os pontos I, II, III, V, VI, VII, VIII, IX, XV, XVI	1

B.2 Características específicas de todos os Contadores Volumétricos

Características gerais	Pontuação
Cumprir a totalidade das características	10
Cumprir pelo menos os pontos I, II, IV, V, VI	8
Cumprir pelo menos os pontos I, II, IV	5
Não Cumprir os pontos I, II, IV	1

B.3 Características gerais Contadores monojato

Características gerais	Pontuação
Cumprir a totalidade das características	10

Cumprir pelo menos os pontos I, II, III, IV, VI, VII, VIII, IX, XIV	5
Não Cumprir pelo menos os pontos I, II, III, IV, VI, VII, VIII, IX, XIV	1

B.4 Características específicas de todos os Contadores monojato

Características gerais	Pontuação
Cumprir a totalidade das características	10
Cumprir pelo menos os pontos I, II, IV, V, VI	8
Cumprir pelo menos os pontos I, II, IV	5
Não Cumprir os pontos I, II, IV	1

B.5 Procedimento de avaliação da conformidade

A avaliação da conformidade de um instrumento de medição com os requisitos essenciais que lhe são aplicáveis é efetuada mediante aplicação, por opção do fabricante, de um dos procedimentos constantes dos módulos A a HI do anexo III do Decreto – Lei 45/2017 de 27 de abril. O procedimento de avaliação da conformidade será classificado da seguinte forma:

Pontuação do procedimento de avaliação da conformidade.

Conformidade	Pontuação
HI ou B+F ou B+D	10

ANEXO V

MODELO DE ACORDO-PROMESSA DE CONSTITUIÇÃO

F, _____ (indicação das empresas signatárias e sedes) após terem tomado completo conhecimento das condições estabelecidas no Processo de Procedimento para a **Aquisição de Contadores de Água Fria Potável, PRC 175/2024**, desde já formalizam a intenção de, em caso de adjudicação, se constituírem em _____ (indicar a figura jurídica adotada) (a)

A participação qualitativa de cada empresa é a que se discrimina:

As empresas associadas declaram que a empresa _____ (indicação da empresa do agrupamento) representará a associação perante Águas do Alto Minho, S.A. devendo toda a correspondência ser enviada para _____ (indicar endereço, telefone e fax).

As empresas associadas assumem perante a Entidade Adjudicante responsabilidade solidária passiva, desde já, quanto à apresentação da proposta, mantendo-a no caso de adjudicação.

(As empresas associadas responderão, ainda em responsabilidade solidária passiva, com o Agrupamento Complementar de Empresas, no cumprimento do contrato de prestação de serviço caso seja este o Adjudicatário)(b)

As empresas associadas aceitam a exigência de autorização prévia dada pela Águas do Alto Minho, S.A. a qualquer alteração na composição da associação.

Data _____

Assinatura(s) _____ ⁽¹⁾

⁽¹⁾ Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do CCP

(a) - No caso de a associação adotar alguma designação especial, acrescentar: “adotando o agrupamento a seguinte designação especial: _____” (em maiúsculas).

(b) - Só no caso de a modalidade adotada ser a do ACE.

ANEXO VI MODELO DE DECLARAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

Anexo II ao CCP

[a que se refere a alínea a) do n.º I do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º I do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.

ANEXO VII

DECLARAÇÃO DE ACEITAÇÃO DO REGULAMENTO PARA FORNECEDORES DA ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A.

A empresa (identificação completa, incluindo número de pessoa coletiva), com sede em, aqui representada por, na qualidade de, adjudicatária do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público para formação do contrato denominado “**PRC_175/2024 - Aquisição de Contadores de água fria potável**”, declara que teve conhecimento do Regulamento para Fornecedores da Águas do Alto Minho, S.A., contendo as regras e os requisitos relativos ao desenvolvimento do seu objeto, e que assume, de modo informado e voluntário, o compromisso de cumprir integralmente com os procedimentos constantes no referido Regulamento para Fornecedores.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

ANEXO VIII

IDENTIFICAÇÃO DE(S) PESSOA(S) PARA OUTORGA DO CONTRATO

A empresa (identificação completa, incluindo número de pessoa coletiva), com sede em, aqui representada por, na qualidade de, adjudicatária do contrato denominado **“PRC_175/2024 - Aquisição de Contadores de água fria potável”**, declara que a(s) pessoa(s) que irá representar a adjudicatária na assinatura do contrato é o(a) Sr,^(a), titular do cartão de cidadão com o n.º, válido até ao dia .../.../..., na qualidade de e com poderes para obrigar a adjudicatária, conforme se pode verificar pela..... (certidão permanente, procuração, etc) entregue / a entregar no âmbito do presente procedimento.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto)

ANEXO IX

IDENTIFICAÇÃO PESSOA (S) PARA EFEITOS DE COMUNICAÇÕES ESCRITAS

A empresa (identificação completa, incluindo número de pessoa coletiva), com sede em, aqui representada por, na qualidade de, adjudicatária do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público para formação do contrato denominado “**PRC_175/2024 - Aquisição de Contadores de água fria potável**”, indica para efeitos de comunicações escritas a realizar durante a fase de execução do contrato a(o) Sr.(^a), com domicílio profissional ou residente na Rua.....,-, freguesia de, concelho de, n.º telefax e com endereço de email

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(Assinatura eletrónica qualificada do Concorrente ou do representante que tenha poderes para o obrigar, nos termos do artigo 54.º da Lei n.º 96/2015, de 17 de agosto)

ANEXO X

MODELO DE GUIA DE DEPÓSITO

(a que se refere o artigo 21.º)

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no Banco [•], à ordem da [•], mediante guia do seguinte modelo:

Guia de depósito

Euros [•] €

Vai [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede em [•] (*morada*), depositar na [•] (*sede, filial, agência ou delegação*) do Banco [•] a quantia de € [•] (*por algarismos e por extenso*) em dinheiro, como caução exigida nos termos do artigo 20.º do Programa de Procedimento do concurso público [•] à ordem da [•].

[*Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecida(s) na qualidade*]

ANEXO XI

MODELO DE GARANTIA BANCÁRIA

À [•]

O [•] (*Banco*), com sede em [•] (*morada*), com o capital social de [•] (*capital social*), pessoa coletiva número [•] (*número de identificação de pessoa coletiva*), representado por [•] (*representante(s) e respetiva(s) identificação(ões)*), vem prestar, por conta e a pedido de [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede em [•] (*morada*), como adjudicatário do concurso público [•], garantia bancária autónoma, irrevogável, incondicional e à primeira solicitação, a favor da [•], até ao valor de € [•] (*por algarismos e por extenso*) correspondente à caução prevista no artigo 20.º do Programa de Procedimento como garantia do bom e pontual cumprimento por aquele das obrigações decorrentes do Caderno de Encargos.

Consequentemente, este Banco constitui-se devedor e principal pagador em dinheiro, até àquele valor sem quaisquer reservas, e para todos os efeitos legais, de todas e quaisquer importâncias que lhe venham a ser solicitadas por escrito por uma ou mais vezes, à primeira solicitação e até um limite máximo de cinco dias úteis a contar da solicitação, sem questionar da sua justeza, validade, legalidade ou conformidade com o disposto no processo de concurso e documentos a ele anexos, sem possibilidade de alegar qualquer exceção ou meio de defesa contra o Beneficiário que eventualmente pudesse invocar contra o ordenante, sem possibilidade de recorrer a qualquer benefício de prévia excussão dos bens do ordenante e sem dependência de qualquer autorização ou concordância do ordenante.

Quaisquer pagamentos a efetuar por este Banco nos termos da presente garantia bancária são processados no prazo máximo acima referido, através de transferência bancária ou qualquer outro meio de pagamento para o efeito especificado na comunicação escrita de solicitação de pagamento que seja efetuada pelo Beneficiário.

A presente garantia bancária é de € [*] (*quantia por algarismos e por extenso*), e só será cancelada quando o Beneficiário nos comunicar por escrito que cessaram todas as obrigações do caucionado, decorrentes do acima especificado.

Caso alguma das disposições da presente garantia bancária se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecida(s) na qualidade]

ANEXO XII

MODELO DE SEGURO-CAUÇÃO

A [•] (*companhia de seguros*), com sede em [•] (*morada*) presta ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com [•] (*tomador de seguro*), garantia à primeira solicitação no valor de € [•] (*por algarismos e por extenso*) correspondente à caução prevista no artigo 20.º do Programa de Procedimento do concurso público [•], a favor da [•], destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*), com sede [•] (*morada*), assumirá no contrato a celebrar no âmbito do referido concurso, sendo regulado nos termos da legislação portuguesa aplicável.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação do beneficiário sem que este tenha de justificar o pedido e sem que a primeira pessoa possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que [•] (*firma do adjudicatário ou da entidade constituída pelos membros do concorrente adjudicatário*) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao beneficiário quaisquer exceções relativas ao contrato celebrado entre este e o tomador do seguro.

Caso alguma das disposições da presente garantia se torne ou venha a ser julgada nula, ilegal ou por qualquer forma inválida, tal nulidade, ilegalidade ou invalidade não afetará a validade e vigência das restantes disposições, com as adaptações que se revelarem necessárias.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos no contrato e na legislação aplicável.

[Data e assinatura do(s) representante(s) legal(ais) reconhecida(s) na qualidade]